

ROMPENDO

A INVISIBILIDADE:

NARRATIVAS FEMININAS SOBRE OS BASTIDORES
DA MILITÂNCIA POLÍTICA EM 1968
NA CIDADE DE OSASCO

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

Durante os vinte anos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1984), o regime autoritário promoveu profundo silenciamento com relação aos movimentos de resistência política, interpretados muitas vezes por meio dos estereótipos de subversão e de criminalidade construídos pelos órgãos de repressão e de comunicação. Em Osasco, especialmente, uma região industrial com forte movimento sindical em 1968, esse processo de apagamento da memória de luta se alargou para além do período ditatorial, tendo seus habitantes de conviver até hoje com rótulos que significam a cidade de forma pejorativa, inferiorizadora.

Com o processo de redemocratização nos anos 1980 e, com mais força nos anos 1990, alguns trabalhos historiográficos acerca do que ocorreu nessa cidade durante os anos 1960² procuraram explicar ou desmontar a imagem enquadrada de “cidade do crime” que permanece no imaginário popular. Graças a pesquisas com a história oral e documentos escritos, pode-se observar e estudar o movimento desqualificador iniciado nos anos 1970, em jornais e na televisão, com notícias praticamente diárias sobre uma população com quase “natural tendência” à criminalidade.

A insistência de temas relativos a assaltos e assassinatos nos jornais pode ser entendida não como coincidência ou relato sobre o cotidiano e a dinâmica da cidade nesse período, e sim como projeto de convencimento na construção de um imaginário violento para justificar certas ações autoritárias do Estado e para calar possíveis falas discordantes presentes no meio operário e estudantil.

Nos anos 1960, apesar de todo o controle exercido pela Ditadura em torno das associações de grêmios e sindicatos, Osasco conseguiu tornar-se uma exceção. Em 1967, os operários e estudantes alcançaram uma vitória importante nas eleições sindicais. Depois de conseguir organizar uma comissão na principal fábrica metalúrgica da cidade, a Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma), ampliaram sua mobilização para a formação de uma chapa composta por jovens até então desconhecidos politicamente pelo governo. O fato de serem ignorados pelo regime como ameaça política lhes permitiu montar um grupo com forte influência da esquerda armada (principalmente a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR–, liderada pelo capitão Carlos Lamarca) e da Frente Nacional do Trabalho, ligada a setores da Igreja Católica mais militante.

A vitória nas eleições de 1967, com a Chapa Verde, fortaleceu a crença desse grupo de que era possível resistir à Ditadura e à exploração capitalista organizando uma greve que paralisaria as diferentes empresas osasquenses, estendendo-se a outras regiões, como o ABC paulista e Santos.

O Movimento Intersindical Anti-Arocho, mais conhecido como MIA, programou uma greve para julho de 1968, antecipando o dissídio salarial previsto para o mês de novembro. A certeza da vitória operária foi estimulada por notícias que chegavam acerca de outra paralisação em Contagem, Minas Gerais, em maio daquele ano, e que tinha alcançado várias conquistas, relacionadas principalmente ao aumento salarial.

Muitos trabalhadores e estudantes mais entusiastas viram na greve mais do que uma luta sindical, prevendo a possibilidade de conscientizar a população contra a Ditadura Militar, numa aliança importante entre diferentes setores sociais. Exemplos de ações promovidas em conjunto foram as manifestações no centro de Osasco e de São Paulo, com discursos prolongados e

embates com os militares, dos quais o mais lembrado pela memória masculina é o confronto de Primeiro de Maio, quando o governador Abreu Sodré teria tomado uma pedrada e inflamado a luta contra o regime.

O movimento organizado pelos trabalhadores para o dia 17 de julho, no entanto, durou apenas um dia, efetivamente, tendo se dissolvido rapidamente na semana seguinte. O suficiente para que os quartéis ao redor da cidade pudessem se mobilizar e invadir a fábrica da Cobrasma para prender e perseguir os operários.

Iniciada pela manhã, a paralisação foi permeada por algumas negociações com os donos da fábrica, o “sequestro” dos engenheiros pelos operários e a violência truculenta da força policial, que no final da noite invadiu o espaço ocupado. A partir desse dia, a cidade assistiu o “cerco se fechar”: muitos foram presos na igreja matriz de Santo Antônio, para onde haviam ido numa tentativa de se salvar; outros conseguiram fugir e caíram na clandestinidade; houve aqueles que foram para a luta armada; os exilados, os torturados; aqueles que nunca mais voltaram.

A repressão que atingiu os trabalhadores foi um marco que transformou o dia a dia dos moradores de Osasco, muitos sem entender seu significado, outros com medo ou, ainda, acreditando serem as ações repressoras uma forma de combate ao “perigo comunista”. Tornou-se necessário por parte do regime explicar os acontecimentos, o que havia ocorrido ali, o porquê de tantas perseguições. Osasco tornou-se, então, a partir do início dos anos 1970, a cidade da subversão, da desordem, da criminalidade. Essa era a razão que deveria permanecer estampada nos jornais, a memória forjada oficialmente e que deveria prevalecer. E foi essa a imagem vencedora no jogo de forças que ali se iniciara. Os trabalhadores e estudantes não tiveram chance de dizer diferente, de serem ouvidos. Presos, exilados ou mortos, foram apenas silenciados, ignorados, jogados nas sombras de uma memória oficial.

Os trabalhos historiográficos, nos anos de redemocratização, tiveram o mérito de buscar as explicações por trás de tanto silenciamento e de desqualificações, ambos dolorosos e traumáticos, mas insuficientes para fazer desaparecer a “memória subterrânea” que permaneceu nas famílias, de suas perdas e seus sacrifícios. As pesquisas com os documentos escritos e testemunhos, a partir de então, colaboraram para o surgimento de uma “outra história”. Os habitantes de Osasco poderiam, enfim, ouvir falar de algo que desconheciam, de uma luta sobre a qual poucas vezes se manifestaram ou tiveram acesso. E os porta-vozes dessa memória, até então calada, foram aqueles estudantes, operários e militantes sobreviventes à opressão, muitos deles envolvidos também com a luta armada, exilados, produzindo já a reflexão sobre suas experiências.

O fim da Ditadura Militar trouxe um processo importante para Osasco, marcado pelo “dever da lembrança”, iniciado no final dos anos 1980. As escolas e sindicatos transformaram-se em espaços de debates sobre a greve e o movimento estudantil, num retorno à organização política e à construção da cidadania, com a presença de ex-operários, intelectuais e exilados que retornavam. Isso estimulou, inclusive, o nascimento de muitos grêmios nos colégios locais e deu força à luta sindical.

Encantei-me, naquele momento, com a possibilidade de tantos relatos desconstrutores da “cidade do crime” que se realizavam nos mais diferentes espaços públicos, e que ainda ocorrem na cidade, numa tentativa de redefinição de identidades. A partir dos testemunhos desses homens, repletos de significados e emoção, iniciei um projeto de pesquisa sobre histórias orais de vida, buscando menos saber sobre a greve e mais sobre as subjetividades marcadas pela experiência política em suas trajetórias políticas e cotidianas, e a formação de uma memória coletiva. Desde 2008 desenvolvo pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo (USP) em torno dessa memória acerca da greve de 1968 e seus significados para a cidade, estando em fase de conclusão. Entrevistei até o momento 21 pessoas entre mulheres e homens, a fim de ouvir suas experiências, definir as redes e entender as negociações entre elas a partir das relações de gênero. O grande mérito da história oral, nesse sentido, está na possibilidade de escutar tantas vozes dissonantes por trás de uma memória enquadrada e autoritária, e de ir além dos documentos escritos, não com o objetivo de confirmar ou completar dados sobre fatos ocorridos durante a greve, mas muito mais para compartilhar, por meio das narrativas, as dores e sonhos desses homens.

Como diria Michael Pollak³, a possibilidade de ouvi-los permitiu encontrar brechas para as “memórias subterrâneas” de resistência, reprimidas pela ditadura, mas pulsantes na vivência e na alma por meio de lembranças e palavras que continuaram a circular coletivamente no exílio, nas prisões, nas casas, de forma clandestina, mas nunca totalmente silenciadas.

Essa memória coletiva, pensada por Maurice Halbwachs⁴ como reforço da identidade desse grupo de militantes políticos, ajudou-os a produzir um discurso consensual em oposição à história oficializada.

Um aspecto das narrativas, no entanto, chamou minha atenção: essas histórias compartilhadas sobre a greve e seus efeitos foram, por grande tempo, exclusivamente masculinas e públicas, num debate altamente politizado; um contradiscurso, resposta ao silenciamento sofrido e imposto pelo governo autoritário, valorizando as ações dos sindicatos e grupos armados nos anos 1960.

No início da pesquisa, perguntei-me por diversas vezes se não haveria mulheres nas fábricas e no movimento estudantil, naquele contexto de greve

em Osasco. Ou ainda se militavam em outras instâncias sociais. Desafiava-me a ideia de saber como companheiras, mães, filhas e irmãs teriam vivenciado a experiência da greve, mesmo que de forma indireta; como teriam suas vidas afetadas pelo impacto da repressão. Se naquela memória masculina, muitas vezes com forte apelo revolucionário e socialista, não haveria figuras femininas que também tivessem algo a dizer, sobre o que chorar, sobre o que sonhar.

A greve de 1968 foi um feito predominantemente masculino e assim é a memória coletiva dela. Os homens que entrevistei pouco falaram de suas companheiras, seja na fábrica, nos grupos armados, na escola ou em casa. Um nome citado aqui, outro lá. Uma lembrança sobre a colaboração feminina na hora da greve ou nas visitas feitas na prisão, e a referência à ignorância feminina sobre aquele contexto político, foram algumas indicações, algumas possibilidades de presença de mulheres nas narrativas masculinas. As mulheres, como afirma a historiadora Michelle Perrot⁵, aparecem muitas vezes no discurso masculino como coroadoras do heroísmo dos homens, confirmando seu sacrifício por uma causa social, de felicidade e de justiça. Assim também na maioria das narrativas por mim ouvidas, ao papel feminino reserva-se lugar secundário, de colaboradora, companheira. À companheira de fábrica ou de casa poucas vezes se atribui a ação transformadora, militante, política, revolucionária, como coube aos operários, intelectuais, guerrilheiros e estudantes protagonistas de 1968.

Uma passagem – das únicas citações na memória coletiva masculina – em que as mulheres são lembradas, e que me chamou muito a atenção, foi aquela em que um grupo de operárias teria se oferecido para engrossar a greve, mas teriam sido mandadas pelos operários de volta para a fábrica ou para casa. Eram trabalhadoras de uma fábrica de fósforos, a Granada, e, apesar de a maioria delas não participar ativamente do sindicato, estavam presentes na hora em que a paralisação se iniciou na Cobrasma. No entanto, não entendidas como “companheiras de luta”, em igualdade de exploração e de sofrimento nas fábricas, mas como aquelas que tinham como missão o cuidado com o espaço privado da casa, seu lugar “naturalizado”, foram devolvidas ao seu “devido lugar”.

Havia operárias, estudantes, esposas, irmãs, amigas que também vivenciaram a opressão, mesmo sem terem militado nas organizações claramente de esquerda, seja no sindicato ou nos grupos armados. Teriam elas aceitado seu papel secundário na história de 1968? Não teriam nada a dizer também sobre suas dores e sonhos durante a greve em Osasco? Existiria um enquadramento masculino, um silenciamento também sobre elas?

A quase ausência feminina nas lembranças masculinas se deveria à não participação ou à falta de liderança política das mulheres na arena pública, espaço político dos homens por excelência?

Com esses questionamentos, minha pesquisa percorreu outros caminhos, para além da busca de uma memória operária ou estudantil acerca da greve de 1968 e das ações do regime autoritário. Interessei-me por outra “memória subterrânea”, a das mulheres, entendidas muitas vezes como coadjuvantes no cenário político que as lembranças masculinas apresentavam. Iniciei, dessa forma, uma série de entrevistas com onze mulheres envolvidas e afetadas por esse contexto político e social, sem entender, no entanto, que há uma memória feminina em oposição aos homens. As relações de gênero não se constroem a partir de atributos naturais, mas são forjadas historicamente. As narrativas femininas dialogam e são elaboradas continuamente, alimentando-se do imaginário de seus companheiros, havendo apropriações, circularidades, questionamentos e identificações.

Desde os anos 1970, trabalhos historiográficos têm tratado sobre essa invisibilidade feminina ou sua secundarização no processo histórico⁶. Para longe da vitimização das mulheres ou de sua submissão, pesquisas como a de Marcelo Ridenti⁷ procuram romper com a imagem de ociosidade e de passividade delas no cenário político do regime autoritário, dando destaque à rebeldia e à participação feminina na luta armada. Nesse sentido, a demanda por trabalhos como esses ainda é grande, e a história oral tem muito a contribuir para pensar essas experiências.

Os testemunhos das entrevistadas, no caso de Osasco, tornaram-se parte fundamental do processo de pesquisa para entender as relações de gênero estabelecidas durante a Ditadura Militar, demonstrando ora posições de submissão, ora de rebeldia. Em certos momentos, uma atitude ambígua, paradoxal, na intersecção entre o público e o privado, revelava mulheres que se constroem e se descobrem pelas próprias palavras, pelo narrar. As experiências diversificadas de papéis como mães, irmãs, esposas, operárias, estudantes e guerrilheiras são o tema deste artigo, optando-se por manter apenas as iniciais dos nomes femininos em respeito ao processo de entrevistas que ainda não se encerrou.

Tenho procurado escutar os relatos femininos em torno de como a greve de 1968 e a Ditadura interferiram em suas histórias de vida e no próprio entendimento de sua vivência política; como, a partir de sua experiência, entrelaçada à de seus companheiros, traçaram seus caminhos posteriormente e desenvolveram a consciência política, o que, segundo suas narrativas, levaram-nas às comunidades de base nos anos 1970 e à participação no Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos 1980.

Foi muito interessante perceber, no início, grande resistência por parte de algumas entrevistadas quanto a conceder uma conversa sobre o feito, considerado quase exclusivamente masculino. “Nada fiz” ou “nada tenho a dizer” eram as respostas mais constantes diante do convite para falar. Era comum

ouvir, de imediato, que toda a organização de 1968, na cidade de Osasco, teria sido obra da Comissão dos Dez na Cobrasma, ou do Sindicato dos Metalúrgicos. Cabe ressaltar, uma história de homens, e de dirigentes. Uma das entrevistadas, irmã de dois operários e guerrilheiros que atuaram na VPR, começou assim a narrativa de sua vida:

Não tenho nem o nome do meu pai. Só tenho o nome do meu marido... A minha história é insignificante perto do que os meus irmãos viveram e fizeram. O João, mais novo, foi assassinado pela Ditadura... Cinquenta e sete dias de tortura... O Roque foi preso e depois banido do país. Ele conseguiu terminar os estudos lá fora e foi o primeiro exilado político que voltou dos que foram banidos. Voltou com a cabeça erguida, enfrentando os militares... De tudo o que houve na greve, não tive participação. Só fui coadjuvante.

(I., irmã de João e Roque)

Para ela, pouco haveria para se contar, pois nada teria feito na “saga épica” dos operários, militantes e estudantes. O início de sua narrativa fala de uma história de vida à parte, nos bastidores da história de seus irmãos, que, além de operários, tornaram-se guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo armado dirigido por Carlos Lamarca, capitão do quartel de Quitaúna, em Osasco. Os irmãos, presos e torturados – um deles morto pelo regime – são reverenciados por ela.

A Ditadura impôs separações e dores a famílias inteiras, marcando pais, irmãos, filhos e demais parentes. A sobrinha de outro guerrilheiro, o conhecido José Ibrahim, enaltece o tio, participante da luta armada naquele momento, e conta como sua história de vida se confunde com a dele:

Então, eu tinha noção sobre o que era ser de esquerda. E minha noção era de que ser de esquerda era uma pessoa que lutava para que não houvesse miséria, para que não houvesse pobre, entendeu? Tinha muita pena de ver pessoas mais humildes, sem condição financeira. Estudava no Colégio Estadual Frei Gaspar e tinha muitas amiguinhas que moravam no cortiço. E tinha muita pena! Tinha muita pena de ver famílias! Embora nós fôssemos pobres, de família operária, a gente tinha uma situação muito boa. Então, quando aconteceu da gente descobrir que o Zé era um cara de esquerda, nossa, pra mim!... Até hoje ele é o meu ídolo!! Meu ídolo! Pra mim, era o meu ídolo! “Tenho uma pessoa na minha família, que é o meu tio, eu cresci com ele e que está lutando pelo povo!” Pra mim, estava lutando pelo povo! Agora, para as outras pessoas, ele era terrorista. E o que era terrorista? Terrorista mata. Sequestra e mata, entendeu? E meu tio nunca matou.

(S., sobrinha de operário e militante da VPR)

As esposas dos operários também compartilharam uma invisibilidade no cenário político dos anos 1960: definidas e definindo-se como ignorantes, não sabiam nada do que ocorria, enquanto seus maridos se sacrificavam por um “bem maior”, fosse ele trabalhista ou revolucionário. Uma delas até, durante as entrevistas, chorava e sorria ao mesmo tempo, quando falava de sua ignorância quanto ao termo “comunista”, acusação sobre seu marido, e ao significado da sigla Dops [Departamento de Ordem Política e Social]:

Eu não sabia da gravidade daquela coisa, naquele momento! Eu não sabia... Quando voltou em setembro, depois de 48 dias, eu não sabia que aquele abraço era um abraço de despedida. Era um abraço de despedida que ele estava dando... Lembro bem, eu estava lavando roupa... Quarenta e oito dias desaparecido!! Apareceu... Com a barba... Ele veio com a barba igual ao de um artista aí! Veio com a barbona... Grande! Estava escondido após a greve... Eu estava lavando roupa, ele chegou, me pegou pelas costas, assim, me abraçou forte e falou pra mim: “Estou indo pro Dops!”. Mas eu pensava: “Que que é Dops?”! Dops... Ele falou Dops! Quer dizer dropes?!... Aí fiquei com aquilo na cabeça: “O que é Dops? Que Dops é esse? Dops que eu entendo é dropes de chupar. É bala!” Jamais eu pensei que era... Que ele estava indo...

(T., esposa de um operário da fábrica Cobrasma)

Acostumadas a assistir reuniões em suas casas, verem os colegas de seus maridos comerem em sua cozinha enquanto planejavam a greve, ou verem suas vidas “invadidas” por intelectuais que planejavam a revolução, as próprias narradoras pareciam, de início, reservar-se um lugar subalterno no cenário político. Nos bastidores da casa viram o espaço privado – a cozinha – tornar-se lugar de debate e de planos estratégicos, mas sem que se desse a elas um lugar para falar. Apenas lhes cabia ouvir. Por que, então, agora, falar? O que dizer?

A própria *performance* dessas mulheres se diferencia daquela masculina, quando aceitam narrar suas histórias cruzadas com as de seus companheiros. Os relatos dos homens, repletos de emoção, têm momentos de grandiosidade, de enfrentamento da Ditadura. Os trabalhadores celebram suas vitórias contra o regime e lamentam suas derrotas, com gestos, encenações e com uma firmeza própria do mito heroico. Seus gestos e cronologia são compartilhados, repetidos, numa memória quase consensual. Os testemunhos femininos são mais retraídos, tímidos, subjetivos, mas submetidos a uma memória determinada e glorificada constantemente pelos encontros promovidos pelos sindicatos na cidade e pela própria produção historiográfica sobre o período.

Percebi que há certo constrangimento no começo das narrativas, seja de parentes, amigas ou companheiras. Mas como o ato de narrar é um momento

de reencontro com as próprias dores, desejos e sonhos, quando os relatos femininos se desenrolam, começa a se desenhar no discurso uma fronteira do dizer, do contar, sobre a greve de 1968.

Tímidas para falar, ignoradas como protagonistas e apenas aparentemente ignorando a si mesmas como pessoas, as mulheres que escolhem suas palavras e suas lembranças são capazes de encontrar as brechas no enquadramento masculino e reencontrar-se.

O relato feminino “falha” quanto à cronologia, tão presente nos discursos dos operários. Não tem a empolgação dos enfrentamentos e dos sonhos revolucionários. E embora falem sobre “eles” e celebrem suas ações, há um caminho próprio, um linguajar singular entre as mulheres. Os testemunhos, inicialmente hesitantes, ganham força quando as ações saem dos espaços públicos e acontecem na vida privada. Só na aparência as entrevistadas desmerecem seu papel no cenário político, pois a politização do cotidiano vai se revelando em suas narrativas. A dicotomia entre a mulher vitimizada e ignorante e o homem militante mostra-se insuficiente para explicar os lugares do feminino na história e na memória da greve e dos caminhos seguidos.

As narrativas mostram que elas, tanto quanto os homens, atuaram naquele momento, de forma múltipla, muitas vezes contra a determinação fragilizada, alimentada por uma concepção política da esquerda mais combativa, ou a imagem de rebeldia em oposição ao homem que muitas vezes o movimento feminista procurou construir. As experiências narradas desfazem as noções abstratas sobre a mulher, que se constrói na relação com o político, a família, o homem, o medo e a coragem.

A família é uma referência comum em suas histórias de vida. É por ela que a greve passa a fazer sentido em suas vidas. É por ela que os sacrifícios individuais aconteceram. Assim também a infância, na qual algumas mulheres vão buscar referências, lembranças, para dizer que também lutaram contra a injustiça desde pequenas. A luta contra o pai, o preconceito, a escola, são formas de dizer “eu também me importava”, “sempre me importei”, independentemente do movimento dos homens.

Lembro que a minha vida foi marcada por uma certa revolta contra o destino desde o começo. Então, às vezes, me lembro dessa revolta, e o interessante é que sempre voltada para as mulheres! Recordo que com 12 ou 13 anos já brigava com um tio, com uma tia, porque não deixavam a filha sair de casa. Sempre tive um espírito meio revoltado, sabe, nunca podia ver uma injustiça sem protestar, nunca! Isso era até em casa, quando meu irmão apanhava, eu corria lá para defendê-lo.

Meus pais achavam que a gente tinha que ter uma educação religiosa. Tinha que ir todo domingo à escola dominical da Igreja Presbiteriana. Mas minha mãe não ia, porque ela achava que tinha muita ostentação, de joia, colares de ouro por parte das damas da igreja. Achava que era o fim da picada a mulher do pastor! Ele, falando que quem não fosse à igreja ia para o inferno, enquanto a empregada da mulher do pastor ficava fazendo comida, limpando a casa... Então, quer dizer que a empregada podia ir pro inferno?!

(A., estudante e operária da fábrica Osram)

A participação no teatro, dentro das escolas ou nos grupos culturais da cidade de Osasco, também faz parte das memórias, demonstrando que a luta contra a injustiça e a crença por um mundo melhor faziam parte de suas preocupações, apesar de não participarem diretamente dos órgãos sindicais e partidários.

Emergem também os sentimentos de exclusão, como pessoas que perderam a uma classe explorada; e de abandono, sem ter o direito de decidir sobre seu destino e o de sua família. Ao mesmo tempo, a figura da mulher guerreira vai se desenhando contra todas as adversidades, a solidão, o estranhamento sobre os acontecimentos. O ressentimento, a coragem para criar os filhos sozinhas em meio a perseguições e ao desemprego, e a solidão ganham espaço nas lembranças, costurando suas dores à visão homogeneizadora dos seus companheiros.

Chovia muito, e eu cheia de leite, não dava conta, não tinha como tirar! E ainda tinha de cuidar das crianças! O dia em que fui tentar telefonar, andei mais ou menos um quilômetro, mas o telefone não funcionava. Voltei para casa... E aí, de novo, no dia seguinte. Ia até Mendes, Vassouras; Mendes, porque queria muito falar, saber onde o Joaquim estava, o que estava acontecendo. Quando consegui, finalmente, ligar de Mendes para minha irmã que trabalhava na Editora Melhoramentos, ela tinha sido operada, não estava no trabalho. Então, voltei tão desarvorada para casa, e comecei a ficar doente. Tinha febre, o leite no peito vazava... Minha filha não dava conta. Ela também ficou doente, começou com gripe. Dava remedinho para ela, o peito fazia um negócio "assim". Eu tinha febre de 39 graus!

E a mais velha, Liberdade, chamava: "Cadê o pai?". Um dia, perdi as estribeiras... Eu chorei: "Não sei do seu pai! Não sei! Não sei!". Sabe, gritei com ela. Estava sozinha com três crianças! Lavava e secava fralda com ferro. E só chovia!

(S., esposa de operário preso e torturado)

Sem querer dizer por "não ter nada a dizer", os relatos tornam visível o que até então parecia estar sob os escombros de uma memória autoritária

– a do regime militar – e masculina. Vêm à tona dores, perdas, o silêncio dentro de casa, a exclusão fora dela. E também o tempo e a capacidade criadora delas, o rompimento com o hábito, o conforto, o desafio da vida, a alteridade feminina. Em casa, na família, era a mulher quem protegia os filhos, quem escondia objetos, queimava documentos, decidia. É ela quem suportava o constrangimento e o preconceito; a solidão diante do abandono, das respostas que não lhe eram dadas; a não compreensão diante dos fatos e dos vizinhos.

Ela, que aparentemente nada podia dizer porque não dirigia, não conduzia os destinos de um futuro “mais amplo”, agora diz, entre palavras tomadas dos homens, e através de um vocabulário próprio, seu. As lacunas deixadas pelos discursos masculinos vão hesitantemente sendo preenchidas pelas vozes femininas, por suas experiências, seus sentimentos de medo, de discordância e de reprovação, não liberados ou demonstrados no momento da greve, em 1968, ou nesses mais de vinte anos de redemocratização.

Um aspecto extremamente novo aparece nas entrevistas: a percepção não mais da fragilidade feminina, e sim a consciência de que a considerada fraqueza servisse como uma estratégia de luta pelas mulheres contra a ditadura, abrindo espaços e provando que a ignorância não era exclusividade delas, em nenhum momento, mas do próprio regime, e também dos homens. Relatos sobre como as mulheres se aproveitaram da imagem construída pelos homens, sobre sua vitimização e alienação, repetem-se com frequência:

Tinha um delegado que gostava de mim chamado Dr. Nilton. A paixão dele nasceu nas visitas na cadeia. Nós tínhamos um negócio com investigadores! Só que o meu era delegado!! Ele era apaixonado por mim, mas, juro mesmo, nunca peguei na mão dele! E no dia em que meu irmão foi solto, a gente queria ver ele. E esse delegado... Eu pedi para ele: “Faz um encontro dele com a minha família!” E ele permitiu!

(A., irmã de operário e guerrilheiro, membro da VPR)

O fato de nós sermos mulheres me deixava com medo. Sou honesta! Apesar de tudo, eu via o que eles faziam com mulheres! A Dulce! A Dulce quase morreu! A Dulce quase morreu!! Eles enfiaram tudo o que eles podiam dentro dela! Ela perdeu o útero!! Perdeu o ovário. Eu nunca falei com a minha tia e com minha avó, mas tinha muito medo! Já sabia o que acontecia. Então, tinha medo. Mas não falava nada porque era uma coisa... Você ia falar?... Imagina! Minha avó, minha tia... Pra mim, tinha que guardar esse medo pra gente ter força e continuar fazendo o que a gente tinha que fazer por eles. Eu tinha

medo... Agora, é lógico que pra gente foi mais fácil! Sabe por quê? Porque, como mulher, eles se encantavam com a gente!!

(S., *sobrinha de operário torturado*)

A situação de opressão provocada pela ditadura levou ao aparecimento de novos mediadores políticos, no caso novas personagens, femininas, que, sentindo a ameaça sobre suas famílias, assumiram a interface entre o privado e o público, saindo de casa e enfrentando os agressores diretamente. Para isso, jogaram o que Ana Rita Fonteles Duarte⁸ chama de “jogos de gênero” ou de *performance*, instrumentalizando-se do imaginário construído sobre seu papel secundário e frágil, como cuidadoras, em seu favor e para defender sua família. Conscientes do olhar social sobre elas, buscaram conseguir determinados fins, como ter acesso às celas, levando comida e roupas, de forma a intermediarem também mensagens escondidas nas roupas íntimas e minimizarem a dor de alguns parentes.

Acredito que o fato de a entrevista ser um diálogo entre mulheres tenha sido, de certa forma, importante para que essas narrativas tenham ganhado maior liberdade e rompessem, ainda que com certa timidez. A identificação de gênero das entrevistadas com a pesquisadora tornou mais fácil a fala feminina. Apareceram então os “segredos” não revelados por uma história oficial ou pela memória discriminatória. Revelaram-se os medos e os momentos de coragem feminina, que talvez fossem ignorados pelos homens e pelos documentos escritos.

As lembranças escolhidas não são apenas relacionadas à greve: criar o filho que acabara de nascer sem o pai que fora preso; proteger os pais, ignorantes quanto à violência do regime; trazer e levar recados das visitas na cadeia; manter a esperança dos filhos; preservar a integridade física e a sanidade mental quando sozinhas; enfrentar policiais, delegados, advogados e torturadores; negociar com os vizinhos o tratamento dado à sua família; participar da Igreja ou do movimento da Anistia em favor de amigos, maridos e irmãos presos:

Apesar da dor, eu tinha esperança de que ele ia se refazer, e de que aqui tudo iria mudar. Por isso, comecei a participar dos comitês pela Anistia. Fiz parte do movimento pela Anistia, e houve pessoas muito boas que me ajudaram muito! A gente era muito pobre, mas conseguíamos sobreviver e sustentar o meu pai e a minha mãe. Eles ficaram sem salário, sem nada, porque eram os filhos que sustentavam a casa: um foi banido e o outro foi morto... Eu participava fazendo amizade com as pessoas, trocando informações. Lutamos tanto pela volta dos exilados e pelo perdão aos presos políticos! Os presidiários faziam pulseiras, colares... A gente vendia no Largo de Osasco. Colhia assinatura... Lembro da mãe do Ibrahim vendendo coisas para o filho preso.

Arrecadávamos dinheiro também para viajar, se deslocar, verba para o movimento crescer.

(I., irmã de um operário morto e de outro preso e banido pela repressão)

A ideia de que “nada se fez” não parece mais ter vez à medida que os relatos femininos vão ganhando uma dimensão também de resistência contra a opressão, não apenas de colaboração. A melodia discursiva ganha mais ritmo, mais intensidade enquanto as mulheres desenrolam suas histórias de vida, cruzadas com o “calvário” de seus companheiros.

Lágrimas e risos, desabafos e falas entrecruzadas com silêncios angustiados, ou suspiros aliviados, demonstram às próprias narradoras que elas não passaram invisíveis pela história, e nem foram apenas coadjuvantes de uma história masculina. Possuem suas próprias dores e seus próprios feitos e silêncios:

Nós víamos muitas pessoas! Algumas que nós nem conhecíamos... Muito machucadas! Teve uma vez que... É uma coisa que até hoje me abala! Até hoje eu me sinto culpada!... De não ter feito alguma coisa... A gente estava lá, desceu uma moça toda machucada!! Ela sangrava por baixo!... Toda machucada!... Com o Júlio César, que me paquerava. A moça pedia... Ela não conseguia nem ficar de pé!... Entendeu? Ela pediu pelo amor de Deus para ir ao banheiro... Tinha um banheirinho próximo assim, que a gente usava. E aí levei ela ao banheiro... E ela não conseguia falar, não conseguia ficar em pé... Ela sangrava por baixo... Ela dizia: “Olha, me machucaram muito, muito!! Olha como eles me machucaram!!” [...] Peguei um pouco de papel... E o sangue escorrendo!... E ela falou pra mim: “Olha, sou de Minas”... Eu não estava com bolsa nem nada! E ela disse: “Minha família... Minha família não sabe que estou aqui”... E me deu o endereço... Eu gravei o endereço! E queria de todo jeito ir pra Minas para avisar a família dela. Mas meu pai não deixou! Ele tinha medo que fizessem alguma coisa com a gente naquela hora. E não tinha como ir para Minas. Como é que eu ia para Minas?! A gente tinha muito medo!... O dia em que vi aquela moça machucada e ela me falou que foi torturada, que eles enfiaram o cacete!... Até hoje eu não sei o nome dela. [...] Não sei quem é ela...

(S., sobrinha de operário e militante da VPR)

Colocando-se como protagonistas de suas próprias experiências, saíram à procura de seus maridos, pais, filhos, irmãos e amigos presos, torturados ou “desaparecidos”. Não se limitaram à casa, ao privado, embora também se colocassem como responsáveis pela preservação e proteção da família enquanto seus companheiros eram perseguidos. Não se contentaram em sair de casa, protestar e voltar, mas começaram a ocupar o espaço público gradativamente.

Segundo Elizabeth Jelin⁹, o que as moveu naquele momento de profunda opressão e isolamento foi uma “lógica do afeto”, baseada não no arcabouço ideológico ou partidário, mas nos sentimentos de indignação, sobrevivência e defesa de seus entes queridos. Esse tipo de organização espontânea foi ganhando dimensão maior até chegar à criação das associações pela melhoria de bairros, pela libertação dos presos e pela Anistia.

A memória dessa luta pela redemocratização, pelos direitos civis e políticos, recoloca a importância de suas ações contra a Ditadura Militar, também pela justiça, tal como os movimentos armados, estudantis e os sindicatos. As entrevistadas enaltecem seus companheiros, mas o consentimento quanto à posição secundária relegada a elas na história parece se dissolver. Suas ações como lutadoras e direcionadoras da história também são ressaltadas. O crescimento político, os encaminhamentos na luta pelas creches, postos de saúde, melhorias nos bairros também são resultados de sua experiência:

Nesses quarenta anos de casada, pra falar a verdade, sou uma heroína! É muita coisa pra gente... A luta da gente é muito difícil! Foi muito difícil. Mas valeu! Valeu, tudo o que sofri, tudo o que aprendi, junto com o João. [...] Eu ficava tomando conta da casa e dos meninos. Mas todo esse tempo eu trabalhei, tirei uma lição de vida muito boa! [...] A gente conquistou muita coisa! A gente conquistou o asfalto pra rua! Antes aqui era só terra!...

Ali embaixo era uma enorme favela, que ia até Carapicuíba. Uma das maiores favelas de Osasco. Você olha e vê um monte de casinhas bonitinhas... Melhor do que muita casa por aqui! Foi a gente que conseguiu que a prefeitura loteasse! Eles vieram, mediram tudo certinho, dividiram e distribuíram. Antes o pessoal vinha, plantava uma árvore no seu terreno, ocupava um espaço grande, enquanto o outro ficava espremido, com um pedacinho de terra. Depois do loteamento ficou melhor, mais bonito. Então, isso a gente conquistou também! Conseguimos o fornecimento de água e luz pra essa região... Conseguimos ônibus, a creche, o posto, o asfalto, as casas!... Conseguimos tudo isso com muita luta. Com o nosso grupo de mães...

Hoje as pessoas se acomodaram. Reclamam do preço do ônibus, reclamam do bairro, mas não brigam. Eu digo pra elas: “Vai brigar! Não fica aí parado!”. Quem disse que se você brigar nada vai mudar, eles não vão fazer nada?! Fazem, sim!! Mas é preciso se organizar, brigar!

(A., esposa de operário grevista em 1968)

Pude notar nos encontros com as entrevistadas que no início estavam preocupadas em relatar as histórias de seus maridos, amigos e irmãos, mas

que, ao alinhavá-las às suas trajetórias pessoais, foram abrindo brechas para constatações como “eu cresci e ele ficou para trás” ou “aguentei sozinha o abandono, e ele não voltou”. Ou até mesmo para reclamações e oposições à memória dominante masculina, o questionamento e o posicionamento sobre as ações armadas: “eles mentiram”; “eram apenas meninos despreparados”; “era um sacrifício idiota”.

A própria guerrilha... Era suicida!! Era suicida. Ninguém tinha força, ninguém tinha, e nós sabíamos disso! Nós sabíamos. Como é que você vai fazer uma revolução com um caminhão de arma roubado de Quitaúna?! O Lamarca estava esperando adesões?! Provavelmente... Não consegui ninguém! E deu no que deu! Quer dizer, são os grandes sacrificados, não é?

(H., professora de alguns estudantes e operários participantes da greve de 1968)

Mais uma vez é preciso ressaltar o mérito da história oral, para valorizar, como diz Portelli¹⁰, os sentimentos e o imaginário dos homens e mulheres que viveram os momentos da greve de 1968 em Osasco. Ao serem escutados, colocam-se na história por caminhos mais subjetivos. Trazem a vida para uma história distanciada e objetiva.

As mulheres, em especial, descobrem pelas próprias palavras que suas experiências não são pequenas, menores, diante do processo monumental da história. A força que demonstraram residiu na habilidade em lidar com os estereótipos de fragilidade e confundir os repressores em busca de “benefícios”. Mostraram, por meio do “jogo de gênero”, sua coragem e ousadia, arriscando-se nos espaços políticos. Narrando, significam suas ações no passado e suas projeções de futuro. Descobrem que a memória é um espaço de conciliação, mas também de disputas e de re colocação de papéis.

Muitas das narrativas femininas terminam aconselhando, ensinando – como diria Walter Benjamin¹¹ sobre o papel do narrador – as novas gerações, os homens e as próprias mulheres. Da fala limitada, tímida, inicialmente, para o ato do aconselhamento no final, há um grande processo de introspecção, revisita a lugares comuns, a discursos e a sentimentos partilhados. Há um crescimento no próprio ato de testemunhar:

Se os jovens, hoje, não tiverem a coragem de fazer o que fizemos, eu gostaria que pelo menos eles contassem aos seus filhos o que aconteceu conosco! Porque nunca sabemos o que nos aguarda no futuro. Eles têm que contar para seus filhos, para que tenham o conhecimento de toda a violência e da luta que vivemos, tudo o que sofremos! O futuro é incerto...

(I., irmã de dois operários)

Eu vivi uma transformação. Não imaginava que poderia ter crescido como cresci! Poderia ter me rebelado, abandonado meu marido, saído da vida dele, mas estava convicta de que era o caminho!...

Sei que essa vida foi uma escola para mim, e que também foi azar meu ter nascido nessa época. A história exigiu de mim muitos sacrifícios!... Mas hoje continuo acreditando que as pessoas têm que crescer, têm que conhecer melhor seu líder, sua família. Enfim, sua comunidade. Continuo a trabalhar na comunidade, na prefeitura, apesar de já estar aposentada. Acredito que posso ajudar, com minha experiência, a produzir alguma coisa boa.

(S., esposa de um operário preso e torturado)

“Eu fiz e faria tudo de novo” é frase que se repete nos vários encontros. Uma das entrevistadas, que se calou durante muito tempo em relação à sua solidão e à sua dor, concluiu: “Vivemos de cabeça erguida, e não foi preciso vender a alma ao diabo. Vivemos dignamente”. As narrativas revelam que é possível tomar as palavras e transformá-las em autoafirmação, em descoberta. A história oral tem aí um efeito terapêutico e transformador sobre as narradoras e permite conhecer a memória coletiva de luta feminina, um grande instrumento contra o silêncio opressor, tão importante quanto a memória da esquerda organizada.

RESUMO

Este artigo aborda a história oral de vida e a experiência de mulheres na cidade de Osasco, que durante uma greve realizada em 1968 assistiram seus irmãos, amigos e companheiros serem perseguidos, presos e/ou torturados pelo regime militar. Aparentemente invisíveis no cenário político, essas mulheres revelam, por meio de narrativas, seu protagonismo político no limite entre o espaço público e o privado, desconstruindo a dicotomia entre os papéis masculinos e femininos na história.

PALAVRAS-CHAVE

Memória; Greve de 1968; Gênero; Militância.

Breaking the invisibility: Narratives of women behind the scenes militancy policy in 1968 in the city of Osasco

ABSTRACT

This article discusses the oral history of life and the experience of women in the city of Osasco, which, during a 1968 strike, watched their siblings, friends and partners being persecuted, arrested and/or tortured by the Brazilian military regime. Apparently invisible in the political scene, these women reveal, through narratives, their political role on the edge between the public

and private space, destructuring the dichotomy among the male and female functions in history.

KEYWORDS

Memory; The 1968 strike; Gender; Militancy.

NOTAS

¹ Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Contato da autora: martarovai@usp.br.

² Sobre esse tema verificar a obra de MOTTER, Maria Lourdes, *Ficção e história: imprensa e construção da história; imprensa e construção da realidade*, São Paulo: ECA/USP, 1992, que tem como tema o discurso de alguns jornais sobre a greve, entre 1968 e 1971.

³ POLLAK, Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acessado em 20/09/2011.

⁴ HALBWACHS, Maurice, *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁵ PERROT, Michelle, *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

⁶ Sobre o tema da greve de Osasco, podemos citar os trabalhos de Ari Marcelo M. Couto, *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003, e a tese de livre-docência de Orlando Pinto de Miranda, *Sindicato e classe operária: história dos sindicatos dos metalúrgicos de Osasco*, USP, 1987.

⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira, “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. *Revista Tempo Social*, vol. 2, n. 2, 2. sem. 1990, p. 113-128.

⁸ DUARTE, Ana R. F., “Mulheres em guarda contra a repressão”. In PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina S.; VEIGA, Ana M., *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

⁹ JELIN, Elizabeth, “Mulheres e os direitos humanos”. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CIEC/ECO/UFRJ), v. 2, n. 3, 1994.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro, “O que faz a história oral diferente”. *Revista Projeto História*, n. 14, São Paulo: PUC, 1997.

¹¹ BENJAMIN, Walter, *O narrador*. São Paulo: Brasiliense, 1986.